



Só quatro tribunais de Justiça atingiram eficiência máxima em 2013

Dos 27 tribunais de Justiça estaduais, apenas quatro conseguiram alcançar 100% de eficiência no IPC-Jus, índice criado pelo Conselho Nacional de Justiça para comparar a produtividade de tribunais do mesmo ramo e com estruturas similares. Os únicos a alcançar o número considerado ideal pelo CNJ foram os tribunais de Justiça do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Acre e Amapá.

A produtividade média da Justiça estadual em 2013, segundo o IPC-Jus, ficou em 79%, seis pontos percentuais a mais que em 2012. Os dados são do relatório Justiça em Número 2014, do Conselho Nacional de Justiça, publicado nesta terça-feira (23/9).

Para chegar ao índice ideal de desempenho, o IPC-Jus leva em consideração o total de processos em tramitação, o número de magistrados, o número de servidores (exceto terceirizados e estagiários) e a despesa total do tribunal, excluindo-se a despesa com funcionários inativos. Pela metodologia, um tribunal é considerado eficiente quando consegue produzir mais com menos recursos.

De acordo com o CNJ, ter 100% de eficiência não significa que o tribunal atingiu seu máximo de produção e não tenha como aperfeiçoar seu desempenho. “Não significa, por exemplo, que a taxa de 79% de congestionamento aferida no TJ-RJ seja satisfatória, mas sim que, em relação aos demais tribunais e aos seus insumos, o tribunal baixou comparativamente alto quantitativo de processos”, explica o CNJ.

Entre os tribunais de grande porte, os TJs do Rio de Janeiro e do Rio Grande do sul foram os únicos que conseguiram se manter com 100% de eficiência desde que o índice começou a ser calculado, em 2009. O único tribunal de grande porte que nunca conseguiu atingir eficiência máxima é o de Minas Geras.

Os tribunais considerados de médio porte foram, para o CNJ, o destaque negativo do índice. De acordo com o relatório, nenhum dos 10 tribunais considerados de médio porte conseguiram eficiência máxima. O que mais se aproximou foi o Tribunal de Justiça de Goiás, com IPC-Jus de 97%. O CNJ destaca também o desempenho dos tribunais do DF e de Santa Catarina, com índice superior a 80%. No grupo, o pior IPC-Jus é da Bahia: apenas 48%.

Nos tribunais de pequeno porte, o TJ-AP e o TJ-AC conseguiram 100% de eficiência, sendo que este último teve eficiência máxima pelo quarto ano seguido. Além deles, se destacaram os tribunais de Sergipe, Amazonas, Rondônia e Mato Grosso do Sul, todos com mais de 80% de eficiência. Dos tribunais de pequeno porte, o TJ-RR e o TJ-PI tiveram o pior desempenho (55% e 42%, respectivamente).

Veja a tabela com o índice IPC-Jus de cada tribunal desde 2009:

Tribunais de Grande Porte – IPC-Jus					
Tribunal	2009	2010	2011	2012	2013
TJ-RJ	100%	100%	100%	100%	100%



Tribunais de Grande Porte – IPC-Jus					
TJ-RS	100%	100%	100%	100%	100%
TJ-PR	83,5%	94,9%	100%	69,1%	85,7%
TJ-SP	100%	69,4%	83,8%	86,6%	73,9%
TJ-MG	78,7%	76,9%	70,8%	72,3%	73,3%

Tribunais de Médio Porte – IPC-Jus					
Tribunal	2009	2010	2011	2012	2013
TJ-GO	82,6%	66,5%	75,3%	86,7%	97,4%
TJ-DF	67,2%	72,7%	77,7%	78,3%	82,2%
TJ-SC	77,2%	69,6%	77,4%	76,8%	81,1%
TJ-PE	64,9%	63%	51,7%	44,4%	79,1%
TJ-PA	100%	82,2%	72,1%	76%	74,4%
TJ-CE	80,4%	52,7%	57,1%	74,3%	70,9%
TJ-ES	68,3%	45,2%	50,7%	48,5%	69,4%
TJ-MA	60,9%	56,1%	77,5%	68,3%	62,9%
TJ-MT	41,7%	33,6%	42,4%	45,3%	62,3%
TJ-BA	68,2%	61,6%	51%	55,4%	47,7%

Tribunais de Pequeno Porte – IPC-Jus					
Tribunal	2009	2010	2011	2012	2013
TJ-AC	89%	100%	100%	100%	100%
TJ-AP	100%	56,2%	75,5%	88,7%	100%
TJ-SE	86%	89,2%	72,8%	74,1%	97,6%
TJ-AM	60,9%	59%	50,1%	73,5%	95,2%
TJ-RO	73,6%	83,2%	95,4%	91,8%	83%
TJ-MS	100%	100%	100%	100%	81,9%
TJ-PB	54,7%	48,5%	67,2%	57,6%	79,3%
TJ-AL	34,7%	73,5%	70,3%	70,4%	72,4%
TJ-RN	100%	71,1%	77,5%	82%	69%
TJ-TO	66,9%	40,6%	56%	55,7%	66,8%
TJ-RR	63%	64,6%	56,1%	69,6%	55,3%



Tribunais de Pequeno Porte – IPC-Jus					
TJ-PI	16,1%	36,4%	28,5%	40,3%	42,1%

Date Created

23/09/2014